



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS EM DIREITO E SOCIEDADE
FACULDADE DE DIREITO
MONOGRAFIA JURÍDICA

DIREITO PENAL MÍNIMO:
A SOLUÇÃO PARA A JUSTIÇA PENAL SOBRECARRREGADA

GUSTAVO LIMA BUENO

Marabá
2014

GUSTAVO LIMA BUENO

DIREITO PENAL MÍNIMO:

A SOLUÇÃO PARA A JUSTIÇA PENAL SOBRECARRREGADA

MONOGRAFIA JURÍDICA apresentada como requisito para **CONCLUSÃO DO CURSO DE BACHAREL EM DIREITO**, com obtenção de Conceito na Disciplina de Monografia Jurídica II, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESPA), campus de Marabá, a Disciplina e o presente trabalho teve a orientação do Prof. Msc. Marco Alexandre da Costa Rosário.

Marabá
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Josineide Tavares, Marabá-PA)

Bueno, Gustavo Lima.

Direito penal mínimo: a solução para a justiça penal sobrecarregada / Gustavo Lima Bueno; Orientador, Marco Alexandre da Costa Rosário. – 2014.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Unifesspa, Instituto de Estudo em Direito e Sociedade, 2014.

1. Direito penal. 2. Direito processual penal. 3. Organização judiciária penal. I. Título.

Doris: 341.5

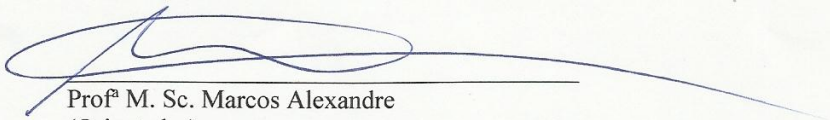


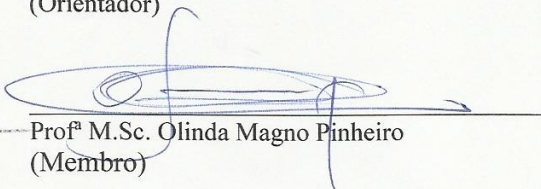
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE ESTUDO EM DIREITO E SOCIEDADE
DIREÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO

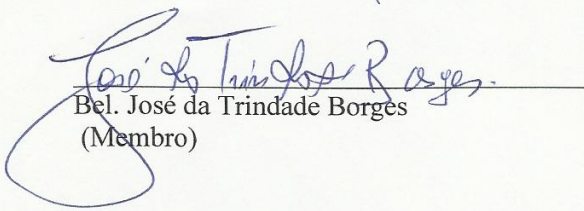
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, as quatorze horas, na sala 20 da UNIFESSPA, Campus Universitário de Marabá, realizou-se a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de **GUSTAVO LIMA BUENO**, intitulado: “**Direito Penal Mínimo: A Solução para Justiça Penal Sobrecarregada**”, para obtenção de Conceito na disciplina Monografia Jurídica II. Depois de declarada aberta a sessão, ao Senhor Presidente deu a palavra ao aluno e, em seguida, as examinadoras para as devidas arguições, que se desenvolveram nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, decidindo atribuir ao trabalho o conceito **EXCELENTE**. Tendo em vista este resultado, **GUSTAVO LIMA BUENO** foi considerado **APROVADO** na disciplina Monografia Jurídica II. Para constar, Luciana Souza Vaz, bolsista da Faculdade de Direito do Campus de Marabá, redigiu a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Marabá (PA), 03 de Dezembro de 2014.


Profª M. Sc. Marcos Alexandre
(Orientador)


Profª M.Sc. Olinda Magno Pinheiro
(Membro)


Bel. José da Trindade Borges
(Membro)

COM RESSALVA

DEDICATÓRIA:

*À minha maravilhosa futura esposa,
Fabiana de Sousa Vieira, que sempre me
incentivou para a realização de todos os
meus ideais e a enfrentar todos os
momentos difíceis da vida, estando sempre
ao meu lado.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela concessão do dom da vida, saúde e capacidade de ter chegado até este momento.

Ao meu pai, Dr. Claudio Lopes Bueno, Promotor de Justiça do Estado do Pará, pela ajuda, apoio e orientação incondicionais e a Minha Mãe, Francisca Lima Bueno que, com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao Professor Mestre Marco Alexandre da Costa Rosário, pela paciência na orientação e dedicação para a condução dos trabalhos que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os Servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará em Marabá e da Subseção Judiciária da Justiça Federal em marabá, os préstimos de agradecimento, estima e consideração ao trabalho desenvolvido pelos excelentes profissionais com quem convivi, por contribuírem diretamente em uma sólida formação profissional, cultural e social dos acadêmicos de direito.

A todos os professores, colegas e amigos do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

“Pude observar nestes quinze anos um verdadeiro renascer de povos que começam a sair da clandestinidade e invisibilidade, para encontrar, lutar e propugnar seus direitos, que são, em suma, o direito de viver seu próprio destino.”

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

RESUMO

Este trabalho tem como objeto a aplicação do direito penal mínimo em sua plenitude de forma eficaz e com integridade jurídica, destacando a subsidiariedade do direito penal, se preocupando mais com a persecução criminal e com os procedimentos extrajudiciais e também judiciais do direito penal e processual penal e dos outros ramos do direito como uma forma de descongestionar a justiça penal, trazendo mais pacificação social e justiça na aplicação do direito.

Palavras Chave: Direito penal mínimo, justiça sobrecarregada, subsidiariedade do direito penal.

ABSTRACT

This paper focuses the application of minimum criminal law in its fullness effectively and legal integrity, highlighting the subsidiarity criminal law, worrying more about the criminal prosecution and also extrajudicial and judicial proceedings of criminal law and criminal procedure and other branches of law as a way to relieve the criminal justice, bringing more peace and social justice in law enforcement.

Key words: minimum criminal law, overburdened justice, subsidiarity of criminal law.

SUMÁRIO:

| | |
|---|----|
| 01. INTRODUÇÃO | 01 |
| 02. DEFINIÇÕES DOS MOVIMENTOS DE POLITICAS CRIMINAIS: ABOLICIONISTA, MOVIMENTO DE LEI E ORDEM, DIREITO PENAL DO INIMIGO E DIREITO PENAL MÍNIMO..... | 05 |
| 2.1 Abolicionismo | 06 |
| 2.2 Movimento de lei e ordem | 07 |
| 2.3 Direito penal do inimigo | 09 |
| 2.4 Direito penal mínimo | 11 |
| 3. PRINCÍPIOS | 14 |
| 3.1 A Força Normativa dos Princípios..... | 14 |
| 3.2 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana | 17 |
| 3.3 Princípio da Intervenção Mínima | 18 |
| 3.4 Princípio da Lesividade ou Ofensividade | 21 |
| 3.5 Princípio da Adequação Social | 22 |
| 3.6 Princípio da Insignificância | 24 |
| 3.7 Princípio da Individualização da Pena | 26 |
| 3.8 Princípio da Proporcionalidade | 28 |
| 3.9 Princípio da Responsabilidade Pessoal..... | 30 |
| 3.10 Princípio da Limitação das Penas | 32 |
| 3.11 Princípio da Culpabilidade..... | 33 |
| 3.12 Princípio da Legalidade | 35 |
| 4. HIPÓTESES ABSTRATAS DA FORÇA PUNITIVA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO | 37 |
| 5. MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PARA A SOLUÇÃO DA JUSTIÇA PENAL SOBRECARRREGADA COM A APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL MÍNIMO | 41 |

| | |
|--|----|
| 5.1 Redução dos tipos penais e descriminalização | 41 |
| 5.2 Aplicação de outros ramos do direito | 42 |
| 5.3 Medidas alternativas a prisão, aplicação efetiva das penas restritivas de direito e das medidas cautelares diversas da prisão | 42 |
| 5.4 A lei dos juizados especiais criminais | 45 |
| 6. CONCLUSÃO..... | 47 |
| 7. REFERÊNCIAS | 49 |
| 8. APÊNDICE | 51 |